



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE PERNAMBUCO
ASSESSORIA JURÍDICA DA DIRETORIA-GERAL
Av. Gov. Agamenon Magalhães, 1.160 - Bairro Graças - CEP 52010904 - Recife - PE

PROCESSO : 0002122-64.2020.6.17.8000
INTERESSADO : SEÇÃO DE GESTÃO E LOGÍSTICA DE URNAS ELETRÔNICAS
SEÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE APOIO ADMINISTRATIVO
ASSUNTO : Análise de impossibilidade de republicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020, cujo objeto é a prestação de serviços de carga e descarga de volumes

Pronunciamento nº 603 / 2020 - TRE-PE/PRES/DG/ASSDG

Retornam os presentes autos a esta Assessoria Jurídica da Diretoria Geral, com o Despacho n.º 3155/2020 (1209071), da Diretoria Geral, para análise da impossibilidade de republicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020 (1197476), cujo objeto é a prestação de serviços de carga e descarga de volumes e supervisão, determinada por meio do Despacho DG n.º 3140/2020 (1208561), com esteio no Parecer ASSDG n.º 455/2020 (1208055), haja vista o Despacho n.º 22539/2020 (1208971) e a Informação n.º 12253/2020 (1208857), ambos da Comissão Permanente de Licitação (CPL), bem como da apreciação da Informação da Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo (SESEC) n.º 12244/2020 (1208763) e Despachos n.º 22487/2020 (1208802) e n.º 22544/2020 (1209023) da Secretaria de Administração

O citado parecer desta Unidade de Assessoramento, ao analisar as impugnações apresentadas pela empresa SOLL - Serviços, Obras e Locações Ltda. (1206741 e 1206936), em razão da identificação de erro no somatório dos tributos do Módulo 6 da planilha relativa ao serviço extraordinário do encarregado do Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020 (1197476), apontado pela empresa impugnante e reconhecido pela Seção de Serviços Contínuos (SESEC), embora tenha afastado a insurgência porquanto sustentava a inexequibilidade do valor máximo da contratação, opinou nestes termos:

(...)

Neste sentido, não há como a Administração atestar indubitavelmente que a alteração da citada planilha não possa afetar a formulação das propostas, razão pela qual é necessária a devida modificação do Edital, e por conseguinte, sua republicação e a reabertura do prazo para apresentação das propostas, conforme remansosa jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU).

Qualquer modificação promovida no edital deve ser divulgada de igual forma à adotada quando da publicação do texto original.

Nesse caso, deve ser reaberto pela Administração o prazo inicial estabelecido, **exceto quando comprovadamente a alteração não influenciar a elaboração das propostas** e a preparação dos documentos de habilitação. (Tribunal de Contas da União, Licitações & Contratos – Orientações e Jurisprudências do TCU, 4ª ed., 2010, p.283) (Sem destaques no original)

Acompanhando as determinações exaradas pela Corte de Contas da União, o Decreto n.º 10.024/2019 impõe tal obrigação à Administração em seu art. 22. Anote-se:

Art. 22. Modificações no edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original **e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas**, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

Posto isso, opina esta Assessoria Jurídica:

(...)

b) pela **alteração do edital para retificar o erro identificado no somatório dos tributos do Módulo 6** da planilha relativa ao serviço extraordinário do encarregado, Anexo II do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020 (1197476), “em razão de até às 15h00 de ontem, um dia útil antes da abertura do certame não ter sido autorizada a republicação pelo Diretor-Geral, cuja decisão somente se efetivou após a assinatura do **DESPACHO DG Nº 3140/2020/GABDG**, que ocorreu às 16h07 de ontem”.

A Comissão Permanente de Licitação (CPL), conforme Despacho n.º 22539/2020 (1208971) e Informação n.º 12253 (1208857), esclarece que não foi mais possível a republicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020 (1197476), “em razão de até às 15h00 de ontem, um dia útil antes da abertura do certame não ter sido autorizada a republicação pelo Diretor-Geral, cuja decisão somente se efetivou após a assinatura do **DESPACHO DG Nº 3140/2020/GABDG**, que ocorreu às 16h07 de ontem”.

A CPL ainda informa no expediente (1208857) que, por prudência, no aguardo de uma possível alteração da decisão pela continuidade do certame, abriu o Pregão às 09h00, e suspendeu a sessão sem abertura da disputa, até às 10h00 de hoje (19/06/2020), podendo fazê-lo por mais vezes.

Por sua vez, mediante a Informação n.º 12244/2020 (1208763), a SESEC apresentou ponderações quanto ao Parecer ASSDG n.º 455 (1208763), asseverando que:

Tendo em vista a conclusão de que é a diferença apontada pela SOLL, referente às horas extras do encarregado, não torna a licitação inexecutável, reforçamos que as planilhas disponibilizadas às licitantes não trazem fórmulas que possam induzir a licitante a erro. Na realização ela utilizará os modelos como base para elaboração de sua proposta, tendo como limite o preço máximo da licitação.

Faz-se necessário enfatizar que a empresa, embora pague os valores em sua realidade financeira/estrutural, mantém uma conexão com o mercado, em que a competitividade tem sido evidente. Desse modo, temos observado nos últimos certames uma redução considerável da taxa de administração, bem como da taxa de lucro, onde deve ser absorvido a írisória diferença.

Vale salientar que a irrelevante diferença de **R\$ 84,00**, como já apontado, refere-se a **valor estimativo**, que não é realizado em sua totalidade, **haja vista que trabalhamos com banco de horas**.

Ademais, pontuamos o prejuízo da republicação do edital frente à irrelevância do valor apontado pela empresa SOLL.

Além disso, ressaltamos que o serviço visa às eleições 2020, e que o seu início está previsto para o mês de julho, para as preparações das atividades prévias, sendo, portanto, de suma importância o cumprimento do prazo estabelecido para abertura do edital.

Por fim, diante do valor e dos argumentos colocados, e por não haver prejuízo ao licitante, solicitamos, por razoabilidade e economia, que o parecer 455 seja revisitado no intuito de reverter a sua conclusão, dando-se continuidade ao certame, que está previsto para amanhã, dia 19/06/2020.

Ao fim, aquela Unidade solicita que, diante do quanto argumentado e por não haver prejuízo ao licitante, no seu entender, o Parecer ASSDG n.º 455/2020 (1208055) seja revisitado para dar continuidade ao certame.

A solicitação da SESEC, pela continuidade do certame, foi reiterada nos Despachos n.º 22487/2020 (1208802) e n.º 22544/2020 (1209023) da Secretaria de Administração.

Após compulsarmos as ponderações apresentadas pela Seção de Serviços Contínuos de Apoio Administrativo (SESEC), esta Assessoria entende que **NÃO FORAM apresentados novos elementos capazes de demonstrar que o erro na planilha**, objeto da controvérsia, **inquestionavelmente, NÃO AFETE** a formulação das propostas, conforme exceção prevista na Lei e na jurisprudência do Tribunal de Contas da União, autorizando a dar continuidade do certame, sem a republicação do Edital e reabertura dos prazos inicialmente previstos para a licitação.

Não obstante, consoante informado pela CPL, conforme Despacho n.º 22539/2020 (1208971) e Informação n.º 12253 (1208857), não há mais tempo hábil para a republicação do edital, restando à Administração, caso acolhido o citado parecer, proceder à anulação do certame.

A Lei n.º 8.666/1993, assim dispõe sobre a hipótese de anulação do certame licitatório e suas consequências:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º **A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar**, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º **No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.**

[...]

Art. 59. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

Parágrafo único. A nulidade não exonera a Administração do dever de indenizar o contratado pelo que este houver executado até a data em que ela for declarada e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável, promovendo-se a responsabilidade de quem lhe deu causa.

[...]

Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - **recurso**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) julgamento das propostas;
- c) **anulação** ou revogação **da licitação**;

[...]

(destaques incluídos)

A seu turno, o art. 50 do Decreto n.º 10.024/2019, que dispõe sobre o pregão eletrônico, também trata dos casos de anulação do procedimento licitatório, em plena conformidade com o Princípio da Autotutela:

Art. 50. A autoridade competente para a aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, **devendo anulá-lo por ilegalidade**, de ofício ou por provocação de terceiros, **mediante parecer escrito e devidamente fundamentado**.

[...]

§ 2º Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

Assim, uma vez que é necessária a alteração do edital, **e ante a impossibilidade de republicação do edital**, impõe-se a anulação da licitação, pois, embora se trate de irregularidade sanável (com a correção dos valores), por via reversa, dar prosseguimento ao certame nos moldes em que se encontra o edital, configuraria desrespeito ao citado dispositivo legal.

Desta forma, esta Unidade Assessoramento reitera os termos do Parecer ASSDG n.º 455/2020 (1208055), ressaltando que, em decorrência da impossibilidade de republicação do Edital do Pregão Eletrônico n.º 21/2020 (1197476), nos termos das informações prestadas pela CPL na Informação n.º 12253 (1208857) e no Despacho n.º 22539/2020 (1208971), resta à Administração a anulação do certame, conforme solicitado pela CPL no aludido despacho, com fulcro no art. 49 da Lei n.º 8.666/93¹ e no art. 50 do Decreto n.º 10.024/2019, assegurado contraditório e ampla defesa previsto no art. 5º, LV, da Constituição Federal, conforme estabelecido no art. 49, § 3º, da Lei de Licitações, aplicada subsidiariamente à presente modalidade, abrindo-se prazo recursal previsto no art. 109, inc. I, alínea c, do mesmo diploma Legal²e, caso acolhido este opinativo, pela publicação de novo edital sem os vícios ora verificados.

Recife, 19 de junho de 2020.

João Fernandes Neto
Analista Judiciário

Daniela de Castro Almeida Lucena e Melo
Chefe de Seção

Atiane Modesto de Luna Monteiro
Assessora-Chefe da Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral

1. Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

2. Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

(...)

c) anulação ou revogação da licitação;



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO FERNANDES NETO, Analista Judiciário(a)**, em 19/06/2020, às 17:12, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **DANIELA DE CASTRO ALMEIDA LUCENA E MELO, Chefe de Seção**, em 19/06/2020, às 17:15, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ATIANE MODESTO DE LUNA MONTEIRO, Assessor(a) Chefe**, em 19/06/2020, às 17:18, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-pe.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1209520** e o código CRC **AB4917B8**.